

À ESPERA DE GONET

O PGR ESTÁ RELUTANTE EM APRESENTAR DENÚNCIA CONTRA BOLSONARO OU O MINISTRO JUSCELINO FILHO, PARA NÃO INTERFERIR NAS ELEIÇÕES. NÃO SERIA UMA FORMA DE FAVORECER OS SUSPEITOS?

por ANDRÉ BARROCAL

Paulo Gonet, o procurador-geral da República, não quer ser acusado de beneficiar, ou prejudicar, um dos dois grandes blocos políticos nacionais: o de Lula e o de Jair Bolsonaro. Uma pessoa do convívio dele diz que a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Cármen Lúcia, teria, inclusive, pedido à Procuradoria para evitar protagonismo na campanha. O “xerife” acredita ter encontrado um Ministério Público politizado demais, um mal à própria corporação, algo a ser enterrado agora. Tudo somado, só uma reviravolta o levará a apresentar antes do fim das eleições, em outubro, denúncia criminal contra Bolsonaro ou o ministro das Comunicações, Juscélino Filho. Gonet comenta internamente que não agirá com açodamento. Numa rara declaração à mídia, afirmou ao *Globo* em julho: “Vou fazendo o que eu me convenço de que é o certo na

hora que me convenço que é a devida”.

A trégua de uns 70 dias não seria uma forma de favorecer um suspeito? No Ministério Público, há quem se mostre compreensivo com as rumações de Gonet, em especial quando o assunto é Bolsonaro, ainda popular. Não é o caso de quem era o procurador-geral há 20 anos. “Uma vez tendo em mãos investigação criminal concluída, o membro do Ministério Público não pode se conduzir por juízo de oportunidade, mas deve – princípio da obrigatoriedade –, de pronto, pronunciar-se”,

diz Cláudio Fonteles. Pronunciar-se significa trilhar um de três caminhos: apresentar denúncia à Justiça, arquivar o caso ou pedir mais apurações policiais. Uma investigação criminal finalizada pela Polícia Federal sobre Bolsonaro já está nas mãos de Gonet. É o inquérito das joias. Ele tinha 15 dias para se posicionar. O prazo começou a contar em 1º de agosto.

Para Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça e subprocurador-geral aposentado, se Gonet tiver planos de esperar a PF encerrar todos os inquéritos que atingem o capitão para juntar numa denúncia única, hipótese que circula em Brasília, errará. “É preocupante fazer uma superdenúncia, o MP às vezes tem essas coisas de dar espetáculo. Seria tecnicamente falho. Cada fato tem de ser uma denúncia diferente”, afirma.

E se há trégua de Gonet, é guerra total do bolsonarismo contra Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, condutor de inquéritos sobre

**ENQUANTO ISSO,
OS BOLSONARISTAS
ESTÃO EM GUERRA
TOTAL CONTRA
ALEXANDRE DE
MORAES, DO STF**



Logo mais expira o prazo para o procurador-geral manifestar-se sobre o caso das joias. Suspeita-se que a Polícia Civil de Tarcísio de Freitas tenha vazado as mensagens de auxiliares de Moraes



ARQUIVO/MPF E ANDRESSA ANHOLETE/STF

o capitão. Os fiéis do ex-presidente pedem o *impeachment* dele em razão de mensagens de celular trocadas em 2022 e 2023 por três colaboradores do togado. As conversas acabam de ser divulgadas pela *Folha*. Nelas estão o juiz Aírton Vieira, auxiliar de Moraes no Supremo, Marco Antônio Vargas, que foi auxiliar de Moraes no Tribunal Superior Eleitoral, e Eduardo Tagliaferro, perito criminal que trabalhou no TSE. O trio basicamente falava de ordens de Moraes sobre investigações de *fake news*. Tagliaferro havia sido levado por Moraes para o TSE assim que o juiz assumira o comando da Corte, em agosto de 2022. Pelas mensagens, o perito abasteceu processos na Justiça Eleitoral e, também, no Supremo, onde há desde 2019 um inquérito sobre milícias digitais.

Ao noticiar as mensagens, a *Folha* interpretou-as como demonstração de irregularidade: Moraes teria colocado a Corte Eleitoral a serviço do Supremo, feito isso às margens dos padrões vigentes e in-

CAPA

interessado em alvos específicos, atitude a confundir o papel de magistrado com o de procurador e de policial. Foi a interpretação dada pelo bolsonarismo, ao anunciar um pedido de *impeachment* de Moraes. Tentativa fadada ao fracasso: é para lá de improvável que o Senado tope julgar o togado. De qualquer forma, a turma do capitão pretende recolher em 7 de setembro assinaturas nas ruas para o *impeachment*. Recorde-se: foi nessa data, em 2021, que Bolsonaro, ainda presidente, chamou Moraes de “canalha” e disse que não cumpriria mais ordens judiciais dele.

A Justiça brasileira é árbitra entre partes e atua apenas quando provocada. Há uma exceção. A Eleitoral tem poder de polícia, ou seja, pode tomar a iniciativa de combater crimes por conta própria. Esse foi um dos argumentos usados por Moraes para defender-se diante da revelação das mensagens. O juiz disse ainda que seus assessores conversavam para cumprir ordens porque seria “esquizofrênico” ele, Moraes, mandar ofícios do gabinete dele no TSE para o do STF. E que todos os alvos de relatórios pedidos por ele no TSE e enviados ao Supremo souberam dos relatórios. Na sessão de quarta-feira 14 do Supremo, o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, saiu em defesa do colega: “Tempestade fictícia”. Flávio Dino e Gilmar Mendes engrossaram o coro.

Apesar dos argumentos de Moraes, há uma troca de mensagens a indicar algo meio fora de lugar no intercâmbio entre TSE e STF. Em 4 de dezembro de 2022, Vargas escreveu a Tagliaferro: “Dr. Aírton está te passando coisas no privado?” A resposta foi sim. “Falha na prova. Vou impugnar”, replicou Vargas, com ironia. Tagliaferro: “Temos que tomar cuidado com essas coisas saindo pelo TSE. É seu nome”. O perito deixou o TSE em maio de 2023, após ser preso em flagrante pela polícia de São Paulo por violência doméstica. *A Folha* diz que as conversas que divulgou



Ex-secretário de Bolsonaro, Jorge Messias jogou uma boia ao ex-chefe ao mudar posição do TCU sobre presentes de autoridades

**O PGR TAMBÉM
ESTÁ PREOCUPADO
EM CORRIGIR
FALHAS NOS
INQUÉRITOS DA
POLÍCIA FEDERAL**

estavam em um celular. E que possui mensagens de agosto de 2022 e maio de 2023. É o período exato de Tagliaferro no TSE. Como as mensagens chegaram à mídia? Obra da Polícia Civil de São Paulo, subordinada ao governador bolsonarista Tarcísio de Freitas? É possível que a polícia tenha apreendido o celular, ou ao menos o seu conteúdo, quando da prisão de Tagliaferro.

Suposições à parte, as mensagens não só causaram embaraços a Moraes como ataçaram o bolsonarismo. O deputado Eduardo Bolsonaro discursou na Câmara, na quarta-feira 14, que não quer só o *impeachment* do juiz, mas a anulação dos processos a cargo dele no Supremo. A propósito, horas antes, Moraes decretara nova prisão preventiva de dois bloqueiros bolsonaristas foragidos no exterior: Allan do Santos e Oswaldo Eustáquio. “Do que saiu (*na Folha*) até agora, não vi nenhuma irregularidade (*de Moraes*)”, afirma o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, para quem é “má-fé” comparar o togado com Sérgio Moro e a Operação Lava Jato. “Politicamente, vai ser isso que estamos vendo, um barulho grande. E a demora em tomar algumas atitudes por parte da Procuradoria leva a essa instabilidade.”

A demora de Gonet para agir sobre Bolsonaro, sua indisposição para denúncias na eleição, tem a compreensão de alguns membros do MP. Um procurador da ativa, em posição privilegiada em Brasília, diz: adiar uma acusação, não importa o motivo, sempre causa dificuldades ao MP e transmite a ideia de atuação seletiva. Contudo, prossegue ele, “não podemos ser ingênuos e achar que uma denúncia em caso de vulto, envolvendo personagens centrais da esfera pública, é um ato simples quanto qualquer outro”. Um subprocurador-geral aposentado concorda: “Esse cálculo (*de Gonet*) procede, principalmente se as provas de que ele dispõe não forem consistentes ou forem capazes de suscitar divergências hermenêuticas”.

“Divergências hermenêuticas” latentes no caso das joias, graças a uma decisão



recente do TCU, órgão auxiliar do Congresso, em um episódio sobre um relógio recebido por Lula em 2005. Por obra do ministro Jorge de Oliveira, o TCU mudou a postura anterior e agora diz que não tem como decretar qual presente precisa ser devolvido por um chefe de Estado no fim do mandato. A decisão não tem valor jurídico para encerrar o caso de Bolsonaro, mas os advogados e simpatizantes do capitão a usam desde já para defender a inocência dele. Oliveira foi secretário-geral de Bolsonaro na Presidência.

Além de contornar “divergências hermenêuticas”, Gonet parece querer corrigir falhas ou preencher lacunas de inquéritos da PF. No caso do cartão fajuto de vacinas anti-Covid, o delegado Fábio Shor, chamado de “putinha de Alexandre de Moraes” por Eduardo Bolsonaro da tribuna da Câmara, acusou Bolsonaro de vários crimes, entre eles o de uso de documentos falsos. O relatório final, de março, não tinha prova de que o cartão havia sido usado nos EUA, para onde o capitão viajara no dia da emissão do cartão fajuto, em dezembro de 2022. Gonet requereu a rea-

O ministro das Comunicações e o revendedor de joias sauditas ganham fôlego de uns 70 dias com a trégua ensaiada por Gonet

bertura da apuração e que a PF buscase a informação sobre o uso do cartão. As autoridades americanas responderam à PF que não sabiam dizer se houve uso ou não, por falta de registros.

No caso das joias, o relatório final de Shor, de julho, continha um erro: citava a cifra de 25 milhões de reais como a quantia potencialmente desviada pelo bolsonarismo, mas o número certo era menor, 6 milhões, como constava da mesma papelada. É o tipo de erro que dá munição ao ex-presidente para se dizer perseguido. A PF ainda tem dois inquéritos para finalizar, e a promessa era fazê-lo em agosto. O da tentativa de golpe contra a eleição e o da “Abin paralela”. Finalizará? A PF ficará na encolha também, como Gonet, na eleição? Um delegado diz: até um passado recente, era consenso na corporação que a polícia tinha de evitar ações em tempos eleitorais. O consenso perdeu força, no entanto. Os policiais lavajatistas achavam que a não ação era uma forma de interferência política.

A não ação de Gonet beneficia um per-

sonagem que é do alto escalão de Lula, mas está na berlinda por fatos da era Bolsonaro. O ministro das Comunicações, Jucelino Filho foi acusado em junho pela PF de corrupção passiva, fraude em licitações e organização criminosa. Motivo: desvio de grana de emenda parlamentar em 2022. O ministro é deputado e, como congressista, separou verba do orçamento federal para a estatal Codevasf pavimentar ruas em Vitorino Freire, no Maranhão. A prefeita da cidade é sua irmã, Luanna Rezende. A empresa da obra, a Construservice, tem como sócio oculto um amigo dele, Eduardo José Barros Costa, o Eduardo DP. Segundo a PF, a verba saiu de Brasília via Codevasf, chegou a Vitorino Freire e uma parte entrou no bolso da família do ministro.

Lula está decidido a demitir o ministro, caso a Procuradoria o denuncie. No Supremo, o caso está aos cuidados de Flávio Dino, conterrâneo de Jucelino Filho. Dino está numa cruzada contra a farra das emendas parlamentares. Na quarta-feira 14, assinou outra liminar para permitir que o governo não seja obrigado a liberar verba para emendas do tipo “impositivo”, a menos que tais emendas tenham transparência e rastreabilidade totais. •